

-----**ATA N.º 23/2017**-----

-----Aos 08 dias do mês de novembro de 2017, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Albano Pereira Marques;-----

-----António Graça Silva;-----

-----Bruno Alexandre Castro de Almeida;-----

-----Júlio Manuel dos Santos.-----

-----A reunião foi secretariada pela Técnica Superior da Secção de Apoio aos Órgãos Municipais, Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27/10/2017**-----

-----Foi presente a ata n.º 22, da reunião ordinária do Executivo de 27/10/2017, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e não havendo correções a efetuar, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**1. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento da correspondência recebida: -----

-----*Email*, do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, com registo de entrada n.º 11124, de 02/11/2017, dando conhecimento das iniciativas legislativas - Programa de autoproteção em caso de incêndio florestal e Desenvolvimento de campanhas de sensibilização e informação estratégicas e de proximidade.-----

-----**2. INTERVENÇÕES**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Vereador do PNT, Júlio Manuel dos Santos** apresentou um requerimento para ser respondido pelo Senhor Presidente da Câmara e duas propostas para deliberação.-----

-----**Requerimento:** -----

-----“Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira
-----Júlio Manuel dos Santos, Vereador eleito nas listas do PNT, mandato 2017/2021, vem requerer a V. Ex^a se digne informar esta força política sobre os seguintes assuntos:-----

-----1 – A Câmara Municipal de Celorico da Beira deliberou nos anos 2016/2017, conceder subsídios à Associação Comercial da Guarda? -----

-----Se sim, quais os montantes, para que efeito e quais os destinos dos mesmos.-----

-----2 – É intenção da atual presidência, requerer uma auditoria às Contas do Município, relativamente aos três anteriores mandatos?” -----

-----**Propostas de Deliberação:**-----

-----Proposta 1 -----

-----“Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira
-----Júlio Manuel dos Santos, Vereador eleito nas listas do PNT, mandato
2017/2021, vem apresentar a seguinte Proposta de Deliberação a fim de a
mesma ser introduzida na Ordem de Trabalhos para ser discutida e votada
na próxima reunião ordinária do Executivo.-----

-----Proposta:-----

-----Atendendo a que vários atletas de Karaté deste concelho estiveram
presentes no campeonato do mundo de Karaté que decorreu recentemente
em Londres; -----

-----Atendendo a que os referidos atletas obtiveram ótimos resultados
desportivos;-----

-----Atendendo a que este município apoiou a deslocação dos atletas;-----

-----O Vereador eleito pelo PNT, propõe que o Executivo dê um voto de
louvor a todos os atletas presentes no referido campeonato do mundo e
que, em cerimónia a agendar oportunamente, agracie os medalhados com
as medalhas de mérito desportivo municipal competentes.” -----

-----Proposta 2 -----

-----“Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira
-----Júlio Manuel dos Santos, Vereador eleito nas listas do PNT, mandato
2017/2021, vem apresentar a seguinte Proposta de Deliberação a fim de a
mesma ser introduzida na Ordem de Trabalhos para ser discutida e votada
na próxima reunião ordinária do Executivo.-----

-----Proposta:-----

-----Atendendo a que a Câmara Municipal de Celorico da Beira em
tempo vendeu à ADCC um lote de terreno no Loteamento Quinta dos
Cedros para que a mesma aí construísse a sua sede; -----

-----Atendendo a que é do conhecimento do signatário que neste momento a referida Associação já não tem interesse em aí edificar tal equipamento;-----

-----Atendendo a que no referido loteamento, ao que é foi dado saber, vai ser construída uma Clínica de Hemodiálise e por esse motivo este município poder vir a necessitar do referido lote para construção de equipamentos públicos; -----

-----O Vereador eleito pelo PNT propõe que o Executivo proponha à referida Associação ADCC, que a mesma revenda o referido lote à Câmara Municipal, pelo preço e nas condições e termos a acordar.”-----

-----De seguida, o Senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder a algumas questões colocadas na última reunião de Câmara. Relativamente às Piscinas Municipais, deu conhecimento da existência de um estudo geotécnico, efetuado pelo IPG, que faz parte da ordem de trabalhos da presente reunião. No entanto, deu a palavra ao seu Adjunto, Ricardo Sousa, para prestar alguns esclarecimentos. -----

-----Fazendo uso da palavra, o Eng.º Ricardo Sousa, começou por referir que segundo o estudo geotécnico efetuado, o tanque de menor dimensão deverá ser alvo de tratamento de fundação, já que os resultados obtidos parecem indicar que o processo de adensamento ainda não estará concluído, sendo previsível que ocorram ainda deformações suplementares. Tendo em consideração a funcionalidade da estrutura, em especial as ligações do tanque às tubulações e canalizações poderá esta ser colocada em risco. A execução de micro-estacas ou blocos de fundação, intersectando o maciço granítico autóctone, os quais após efetuada a ligação à laje da base do tanque poderão resolver o problema. --

-----Relativamente ao tanque maior, dado que não há indícios de problemas de fundação, as patologias observadas poderão estar relacionadas com o funcionamento dos materiais aplicados, sendo

aconselhável ouvir a opinião de agentes especializados na execução de piscinas. -----

-----As deformações observadas no terraplano situado no exterior não parecem merecer grandes cuidados, visto não estarem aí implantadas estruturas importantes. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos** referiu que o edifício das piscinas municipais, começou a ser construído no remoto ano de 1992/1993 era Presidente da Câmara, o Eng.º Faria de Almeida. Quando ele tomou posse como Presidente da Câmara Municipal, ou seja, no ano de 1993, a obra já decorria, sendo certo que apesar de solicitada a sua presença para acompanhamento, o Engenheiro responsável pela elaboração do projeto nunca apareceu. Por esse motivo, a Câmara foi obrigada a resolver o problema tendo-se socorrido dos serviços do GAT (Gabinete de Apoio Técnico) da Guarda, que acompanharam a partir daí, toda a execução da obra. Quanto à questão dos tanques, referiu que tal como sempre tem referido, o tanque grande de 25m de comprimento, nunca apresentou qualquer problema de estrutura, uma vez que o mesmo está assente num maciço rochoso. Assim sendo, na sua opinião nunca existiu qualquer problema para o seu funcionamento e uso público. Frisou que, e para que não restem quaisquer dúvidas para o futuro, que se as piscinas municipais se encerraram, foi apenas por uma opção política dos ulteriores Executivos, e não por deficiências estruturais do equipamento. Já relativamente ao tanque pequeno ou de aprendizagem, admite ter havido desde início pequenos problemas de estabilidade por o mesmo ter sido construído num terreno pouco estável, uma vez que era um aterro, mas suportado por vigas de betão que em termos de engenharia não punham em causa a segurança do equipamento ou a remota possibilidade de desmoronamento uma vez que ainda lá estão sem danos estruturais conhecidos. -----

-----O Senhor **Vereador José Albano** e não querendo rebater a questão das piscinas municipais, disse que enquanto Deputado Municipal sempre se debateu pela reabertura das mesmas. Relativamente ao estudo geotécnico, elaborado pelo Instituto Politécnico da Guarda, o mesmo já havia sido dado a conhecer numa reunião de Executivo à data de 2009. Desde essa data, esta infraestrutura sofreu reparações devido a abatimentos.-----

-----Suguiu, que fossem convidados a estar presentes na próxima reunião de Câmara, o Eng.º José Monteiro e Dr. José Luís, assim como, os Técnicos do Município, Eng.ª Delfina e Arquiteto Ivo, no sentido de informar quais as medidas que já haviam sido tomadas e o que foi aconselhado ao Executivo de então, no que diz respeito às piscinas municipais. -----

-----Foi submetida uma candidatura no âmbito da Eficiência Energética, ao Portugal 2020, que contempla intervenções ao nível dos envidraçados (substituição por alumínio com corte térmico e vidro duplo); caldeira; cobertura dos planos de água (cobertura semi-automática nos dois tanques); bombas circuladoras de recirculação dos tanques; desumidificador (substituição do existente por outro mais eficiente) e teto falso (substituição por um teto falso com cobertura em lã de rocha).-----

-----De seguida, o Senhor **Vereador António Silva** disse concordar com parte da informação prestada pelo Senhor Vereador Júlio Manuel dos Santos, sobre as piscinas municipais. Referiu, que o estudo apresentado é referente a 2009 e como tal, poderá estar já desatualizado. No que diz respeito ao relatório de Estudo Geotécnico, o mesmo refere que "... no tanque maior, dado que não há indícios de problemas de fundação, as patologias observadas poderão estar relacionadas com o funcionamento dos materiais aplicados, sendo aconselhável ouvir a opinião de agentes especializados na execução de piscinas... foi solicitada a visita de uma empresa construtora/instaladora de piscinas – Stel-Piscinas." Acrescentou, que o material aplicado no revestimento dos tanques era azulejo de má

qualidade, o que se veio a verificar com a sua descolagem, tendo sido necessário fazer uma impermeabilização com tela. Alerta, que aquando do enchimento dos tanques poderá haver, novamente, uma descolagem de azulejos e rasgar a membrana colocada. -----

-----Deu conhecimento de que no piso subterrâneo, encontram-se os sistemas de aquecimento, que poderão ser melhorados no âmbito da candidatura da Eficiência Energética, uma vez que o mercado da tecnologia moderna sofreu uma revolução, o que poderá trazer benefícios ao nível da redução de custos. Sobre o protocolo com a Galp, na sua opinião poderá haver outra solução a este nível, nomeadamente a colocação de painéis solares. -----

-----Disse ainda, que as placas colocadas são lâ de vidro, que quando caem sobre os tanques, além da contaminação da água, podem originar acidentes. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** finalizou dizendo, que estão a ser encetados esforços para que a reabertura das piscinas municipais seja uma realidade. -----

-----Relativamente a uma outra questão colocada na última reunião de Câmara, ou seja, a construção de um canil/gatil, deu conhecimento da elaboração de dois projetos, sendo que um deles já se encontra aprovado, sendo apenas necessário dar continuidade às obras já iniciadas. -----

-----Sobre a Clínica de Hemodiálise, processo iniciado pelo anterior Executivo, deu conhecimento de que o mesmo está a decorrer dentro da normalidade, faltando apenas a deslocalização de um lote de terreno pertença da Celflor, que já está a ser tratado. -----

-----No que concerne ao Parque Industrial A25, disse estar a trabalhar no sentido de viabilizar e concluir o mesmo, finalizando também o seu Regulamento. Reforçou, que não existe qualquer compromisso ou contrato assumido, no sentido da cedência de lotes de terreno. -----

-----Sobre o Parque Industrial A25, o Senhor **Vereador José Albano** disse que existe uma intenção clara em reunião de Câmara, para alienação do mesmo e cedência do edifício da extinta Empresa Municipal, por um determinado valor, de acordo com a proposta de uma Empresa.-----

-----Relativamente ao Regulamento, deu conhecimento de que o mesmo está elaborado, no entanto, ainda não foi submetido para aprovação, uma vez que condiciona a implementação de várias empresas, sendo necessário adaptá-lo nos termos do pretendido pelas empresas que pretendem fixar a sua atividade no concelho de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que efetivamente existe uma intenção de alienação, por parte de uma empresa, para a cedência de todo o espaço do Parque Industrial A25, no entanto, não existe qualquer compromisso ou vínculo com a mesma. É necessário analisar todas as propostas de fixação de empresas naquele espaço. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos** alertou para a necessidade de análise cuidada da situação relativamente à situação do Parque Industrial, pois na sua opinião esse Parque Industrial é pedra fundamental para o futuro do Concelho, pelo que considera um erro a decisão do anterior Executivo que decidiu colocar toda a estrutura nas mãos de uma empresa privada. Concluiu dizendo, que caso tenha havido alguma deliberação, deve a mesma, na sua opinião ser revogada o mais rápido possível a fim de evitar no futuro problemas à Câmara pois uma deliberação é um ato administrativo pelo que tem consequências jurídicas. -

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que a proposta apresentada pelos Vereadores do PS (redução da taxa de IRS), na última reunião de Câmara, foi encaminhada aos serviços Técnicos, para análise da viabilidade. -----

-----O Senhor **Vereador José Albano** verificou que o Festival do Borrego ficou aquém do expectável, apesar da atribuição de um subsídio no valor de 10.000€. Solicitou, que a Confraria, apresente um relatório escrito, como era habitual, relativo à tramitação das receitas e despesas do evento, por forma a adequar o apoio do Município e garantir melhor êxitos no futuro. -----

-----De seguida, questionou sobre a atribuição de Pelouros, uma vez que já foi designado o Vice-Presidente da Câmara, entendendo que era uma questão prioritária. -----

-----Relativamente ao Festival do Borrego, o Senhor **Presidente da Câmara** disse ter tido conhecimento de que tem havido um decréscimo de munícipes nesse certame, embora que de uma forma gradual. Não tendo sido um fracasso, poderá ser melhorado. Acrescentou, que estas situações são da responsabilidade da organização, nomeadamente a data de realização do evento. Considera, que a questão da data deu origem a este decréscimo, uma vez que decorriam outros eventos, noutros locais.-----

-----Referiu ainda, que o Confrade Mor, antes da tomada de posse do novo Executivo, tentou junto do Dr. José Luís, então Presidente da Câmara, definir várias situações do Festival, no entanto, tal não foi possível. Considera, que houve uma não articulação entre a Confraria e a Câmara Municipal. É intenção do Executivo em exercício, repensar a estrutura deste evento. -----

-----No que diz respeito às verbas atribuídas aquando a realização de eventos, disse que a Câmara Municipal irá solicitar às Associações contempladas, que entreguem um relatório das despesas, justificando onde foi gasta a verba atribuída. -----

-----Relativamente à atribuição de pelouros, prerrogativa do Senhor Presidente da Câmara, deu conhecimento de que ainda não procedeu à sua distribuição. -----

-----Ainda sobre o festival do Borrego, o Senhor **Vereador José Albano** acrescentou que o Município, para além da verba atribuída, suporta toda a logística do evento, endereçando os parabéns aos funcionários da autarquia pelo trabalho realizado. Considera, que para além da falta de divulgação, o facto de haver eventos noutras localidades, nomeadamente a Feira da Castanha e Paladares de Outono em Trancoso e a Feira dos Santos em Mangualde, localidades próximas do Concelho, foi prejudicial para o certame. Não acredita que tenha havido falta de comunicação entre a Confraria e o Dr. José Luís, pois o mesmo ajudou na sua preparação, como fez em todas as edições anteriores. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que o Festival do Borrego, tal como o da Castanha, foram decisões tomadas pelo anterior Executivo. Referindo-se ao evento Festival do Borrego, apesar de não ter estado presente, teve conhecimento de que o mesmo se esvaziou apenas num dia. Considera que este modelo está esgotado, à semelhança do Parapente, até porque, os festivais não são da exclusividade do Município de Celorico da Beira, mas sim de um território inserido na Serra da Estrela, logo deveriam ter financiamento próprio. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos**, louvou a iniciativa do Festival do Borrego, mas referiu que na sua opinião está na hora de se rever o método de realização deste tipo de eventos, pois os mesmos só fazem sentido se tiverem impacto na economia do Concelho e derem visibilidade e reconhecimento dos recursos locais. -----

-----Mais disse que, na sua opinião, infelizmente, o Concelho ao longo dos últimos anos tem vindo a perder a dinâmica e fulgor que já teve em termos de atração turística. Referiu que é necessário criar grandes eventos de animação e atração de pessoas de modos a que tais eventos sejam alavancas da economia local. Concluiu referindo que na sua opinião, a autarquia tem de ser o principal motor destas atividades. -----

-----Louvou a iniciativa do Festival do Requeijão e questionou sobre se é intenção do atual poder dar continuidade ao referido Festival do Requeijão.

-----O Senhor **Vereador José Albano** disse que o Festival do Requeijão é um certame organizado pela Junta de Freguesia, que tem vindo a aumentar a cada ano, quer em termos de visitantes, quer em termos da economia local.

-----Sobre o Festival da Castanha, na freguesia de Prados, e apesar de o subsídio atribuído não ser avultado envolve toda a comunidade local, uma vez ser da responsabilidade da própria organização. No entanto, a dimensão deste evento pode continuar a evoluir, como tem acontecido, com o apoio de todos.

-----No que diz respeito à Feira do Queijo Serra da Estrela, pretende-se com este certame homenagear os produtores do concelho, dando visibilidade ao queijo produzido, atraindo desta forma, visitantes, o que vai contribuir para a dinamização da economia local.

-----Relativamente ao Parapente, foi um evento que foi sofrendo evoluções ao longo do tempo, como se pode verificar pela realização do Campeonato Nacional e Taça do Mundo de Parapente. Linhares da Beira foi eleito como um dos locais de elite para o Parapente, que atrai centenas dos melhores praticantes de parapente.

ORDEM DO DIA

1. DESPACHO N.º 21/2017

ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE

-----Foi presente despacho identificado em epígrafe, dando conhecimento de que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pelo n.º 3, do art.º 57.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua atual redação, designa o Dr. António Graça Silva, Vereador em regime de permanência, como Vice-Presidente, substituindo-

o nas suas faltas e impedimentos, com efeitos a 06 de novembro do corrente ano. -----

-----**2. SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

-----**2.1 ASSUNTO: 10ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP's 2017**

-----Foi presente informação interna, datada de 02/11/2017, com registo n.º 3467, submetendo para aprovação a 10.ª Alteração ao Orçamento e GOP's de 2017, documento cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Esteve presente nesta reunião, o responsável pela Secção de Contabilidade, para prestar alguns esclarecimentos. -----

-----O Técnico começou por dizer que a alteração apresentada tem como objetivo essencial efetuar alguns ajustes no que diz respeito às despesas correntes, nomeadamente acertos a nível das despesas com pessoal, relacionadas com a tomada de posse do novo Executivo. Foram feitos igualmente ajustes noutras rubricas de despesa corrente, sendo de destacar as seguintes alterações: -----

-----Despesas com pessoal: foram acertadas as dotações das despesas com o pessoal tendo em consideração a estimativa da despesa até dezembro que resultou numa redução das mesmas em cerca de 97.000€. Por outro lado, foram feitos alguns reforços, tendo em consideração os cargos de nomeação política que podem ser assumidos pelo novo Executivo, bem como foram igualmente reforçadas as rubricas de despesas com saúde. As despesas com pessoal poderão ser alvo de novos ajustes em dezembro, de modo a garantir o último processamento de vencimentos do ano; -----

-----Mercadorias para venda – água: 31.000€ - valor que visa garantir dotação para despesa com a compra de água em alta às ALVT até ao final do ano; -----

-----Recolha de resíduos sólidos urbanos: 45.500€ - valor que visa garantir dotação para despesa com a recolha de resíduos contratualizada com a Resiestrela. Este valor tem sido ligeiramente superior aos anos anteriores, pelo que, as estimativas iniciais previstas no orçamento não são suficientes.-----

-----Foram feitos diversos ajustes noutras rubricas do orçamento, sendo que todas as alterações efetuadas estão devidamente discriminadas nos mapas anexos a esta informação. Todos os reforços efetuados a nível da despesa, foram efetuados por contrapartida de anulações noutras rúbricas, de modo a não alterar o valor global do orçamento.-----

-----O Senhor **Vereador José Albano** questionou se esta alteração orçamental tem de ser aprovada na globalidade, ou se poderá ser de forma repartida, uma vez que os pontos apresentados, sendo diferentes, deverão ser votados de forma individual. -----

-----Em resposta, o Técnico referiu que em termos de POCAL essa situação não está definida. A ser possível, teria se ser elaborada uma alteração, por cada rubrica, o que em termos técnicos não é viável. -----

-----Fazendo uso da palavra, o Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos** solicitou ao Técnico para ele explicar, porque razão não é possível fazer esta votação, por mais de uma rubrica. Referiu ainda que a questão colocada pelo Senhor Vereador José Albano é pertinente e poderá, se não for alterada, pôr em causa a sua aprovação.-----

-----O Senhor **Vereador José Albano** propôs que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos, por forma a ser reformulado e decomposto em três alterações orçamentais. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos** concordou com a proposta apresentada, no sentido de que este assunto seja retirado.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que uma alteração orçamental é um documento que tem de ser votado na sua globalidade, sob pena de entrar em desequilíbrio.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos** agradece a explicação técnica, contudo referiu que o que está em causa, e no seu ver, é uma opção política do Presidente, ou seja, o que é proposto é que seja votada uma alteração orçamental, a qual tem implícito o desbloqueamento de verbas para suportar a nomeação de um Adjunto; frisou que nada tem contra a pessoa nomeada, mas a verdade é que o Senhor Presidente fez a nomeação sem respaldo orçamental em termos de cabimentação.-----

-----O Senhor **Vereador José Albano** acrescentou que, quando se pretende fazer algum tipo de nomeação, é necessário solicitar informação relativa à sua cabimentação.-----

-----Face ao exposto, o Senhor **Presidente da Câmara** propôs que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos, por forma a ser reformulado. Propôs ainda, marcar uma reunião extraordinária para o dia 14/11, pelas 10h, tendo como único ponto, a Alteração Orçamental.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos.**-----

-----**2.2 ASSUNTO: PROCURAÇÃO PARA REPRESENTANTE FISCAL NO ÂMBITO DO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DA EMCEL - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----Foi presente para ratificar (informação interna n.º 3433), despacho do Senhor Presidente da Câmara, a nomear como representante fiscal da EMCEL, junto da Autoridade Tributária, o Senhor Pedro Miguel dos Santos Patrício, no âmbito do procedimento de liquidação da mesma. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos** pretendeu saber qual o ponto de situação da Empresa Municipal Celoricense, nomeadamente em que fase se encontra o processo de dissolução, procedimentos concursais e funções adstritas aos funcionários.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.** -----

-----**3. SECÇÃO DE TRÂNSITO E VIAS MUNICIPAIS**-----

-----**3.1 ASSUNTO: APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO COLOCADA NA RUA JOAQUIM DA SILVA PEREIRA E RUA AMÁLIA RODRIGUES, NA FREGUESIA DE CASAS DO SOEIRO, COM A REQUALIFICAÇÃO DOS ARRUAMENTOS**-----

-----Foi presente informação, com registo interno n.º 3408, de 26/10/2017, dando conhecimento de que tendo terminado as obras de requalificação dos arruamentos do Loteamento da Celurba, na freguesia de Casas do Soeiro, é necessário aprovar a planta de sinalização.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Planta de Sinalização, para o Loteamento da Celurba, na freguesia de Casas do Soeiro.**-----

-----**3.2 ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO PRIVADO PARA O ANO 2018**-----

-----**Requerente: Ensino Automobilístico G. Gomes, Lda.**-----

-----Foi presente informação interna, com registo n.º 3476, datada de 02/11/2017, referindo que pretende o requerente a renovação de um lugar de estacionamento privado para o ano de 2018, na Rua do Picoto, em Celorico da Beira, com a área de 17,50m², para o veículo pesado de passageiros de instrução com a matrícula 50-96-FS. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do requerente, nos termos da informação técnica.** -----

-----**4. GABINETE DE PROTEÇÃO CIVIL** -----

-----**ASSUNTO: IMÓVEL EM RUÍNAS, SITO NA CORTEGADA, FREGUESIA DO BARAÇAL** -----

-----Foi presente informação, datada de 27/10/2017, com registo interno n.º 3425, dando conhecimento da existência de um imóvel em avançado estado de degradação, sito na Cortegada, freguesia do Baraçal, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 256. Nesse contexto, foi notificado o proprietário, para num prazo máximo de 30 dias executar a demolição do imóvel, remoção dos materiais resultantes da demolição e limpeza do espaço ou execução de obras de conservação através da consolidação das paredes, de modo a evitar o perigo para a segurança e circulação de pessoas e remoção e encerramento dos vãos de forma a impedir o acesso ao seu interior, com madeira ou equivalente. -----

-----Vem o requerente e em resposta à notificação, informar que se propõe a doar o espaço ao Município, com fins de interesse público, ficando isento de quaisquer despesas com a demolição. -----

-----Assim, à semelhança de outras situações, propõe que o município delibere proceder à demolição do imóvel, sendo que, os custos sejam pagos com a entrega da pedra daí resultante ao Município e através da cedência ao domínio público da área onde o prédio estava implantado. -----

-----Após a demolição, o processo encerra-se com o pedido de anulação do artigo matricial no serviço de finanças, passando o espaço para o domínio público.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Manuel dos Santos** usou da palavra, para propor que os Serviços de Fiscalização e Proteção Civil da Câmara Municipal, fizessem um levantamento exaustivo e rigoroso de todos os imóveis que se encontram nestas condições, uma vez que põem em causa a saúde pública.-----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a demolição do imóvel inscrito na matriz sob o art.º 317, nas condições propostas pelo seu proprietário.**-----

-----**5. ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS DA VELOSA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAMINHADA**-----

-----Foi presente *email*, com registo de entrada n.º 10971, de 30/10/2017, solicitando autorização para realização de uma caminhada para o dia 12 de novembro, anexando para o efeito parecer favorável da GNR.-----

-----O Senhor **Vereador José Albano** propôs que os serviços comuniquem a todas as Juntas de Freguesia e Coletividades, sobre o procedimento correto a adotar neste tipo de situações.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a realização da caminhada, no dia 12 de novembro, solicitada pela Associação de Melhoramentos da Velosa.**-----

-----**6. SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**6.1 ASSUNTO: ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO - ALVARÁ DE OBRAS CADUCADO - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE**-----

-----**Nome: Fátima Maria Costa do Patrocínio**-----

-----Foi presente informação técnica, datada de 31/10/2017, relativa ao processo n.º 01/2009/41, em nome de Fátima Maria Costa do Patrocínio, referindo que efetuados todos os trâmites legais previstos, designadamente a audiência prévia, propõe que o executivo emita a caducidade definitiva do processo.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir a caducidade definitiva do processo n.º 01/2009/41, uma vez que já foi dado cumprimento ao CPA, no que se refere à audiência prévia.**-----

-----**6.2 ASSUNTO: MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----Foi presente, para conhecimento, mapa de 03/11/2017, relativo à relação de processos de arquitetura e especialidades, sobre os quais recaiu despacho do Senhor Presidente, nos termos da delegação de competências da Câmara Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião (2). -----

-----**7. SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: PISCINAS MUNICIPAIS - RELATÓRIO DE ESTUDO GEOTÉCNICO**-----

-----Foi presente informação técnica, com registo interno n.º 3479, de 02/11/2017, dando conhecimento do Relatório de Estudo Geotécnico, relativo às Piscinas Municipais. -----

-----Presente nesta reunião o munícipe Manuel Portugal, solicitou autorização ao Senhor Presidente da Câmara para usar da palavra. -----

-----Depois de devidamente autorizado, o munícipe Manuel Portugal começou por desejar felicidades para os anos de governação que se seguem e sempre em prol do desenvolvimento do Concelho.-----

-----Pretendeu saber se já foi efetuada alguma diligência relativamente ao realojamento dos munícipes de etnia cigana. Disse que esta situação começa a ficar insustentável, verificando-se o desmantelamento de carros na via pública, bem como a construção de barracas, que servem de galinheiro, para além do lixo que se acumula na via. É lamentável, que em pleno século XXI, haja munícipes a viver nestas condições, até porque, o Município tem vindo ao longo dos anos, a efetuar intervenções avultadas em casas particulares.-----

-----Deu conhecimento de que no anterior Executivo, foi realizada uma reunião no Município, onde esteve presente o patrono da etnia cigana, que tinha como objetivo encontrar uma solução para o realojamento desta comunidade, alojada num terreno privado, de uma entidade bancária, que interpôs uma ação de despejo em Tribunal, à qual foi dada providencia. -----

-----Era pretensão da autarquia retirar desta situação precária, a comunidade em causa, procedendo à sua reinstalação com as devidas condições de habitabilidade, em casas pré-fabricadas, mediante uma renda mensal. Contudo, é ainda necessário que a autarquia adquira um terreno para proceder à instalação desta comunidade. -----

-----Existem várias entidades com competências para ajudar a autarquia a encontrar uma solução para a questão habitacional, uma vez que a autarquia, por si só, não dispõe de verbas suficientes para promover uma solução desta natureza, apesar de na altura ter inscrita uma verba (50.000€) no orçamento para este fim, que, sendo uma ajuda, é insuficiente, daí solicitarem o apoio de vários parceiros. Urge a necessidade de desenvolverem um modelo integrado de atuação, tendo por base um diagnóstico abrangente das famílias, que culminará num

programa de integração da comunidade cigana. Alertou ainda, para a necessidade destas ações serem concertadas com as famílias. -----

-----Caso esta situação não se resolva, disse que juntamente com os moradores da zona circundante, irá solicitar a redução no valor do Imposto Municipal sobre Imóveis, por considerar que são prejudicados, em relação aos restantes munícipes do concelho. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** agradeceu as palavras que lhe foram endereçadas pelo munícipe Manuel Portugal.-----

-----De seguida, e face ao exposto, disse estar sensível relativamente a este assunto, reconhecendo e enquanto munícipe, que é uma situação de todo indesejável. Disse já ter conhecimento das medidas encetadas pelo anterior Executivo, situação que lhe foi comunicada pelo Dr. José Luís, no entanto, não existe ainda, qualquer decisão sobre este processo.-----

-----Reconhece que é uma situação grave e que carece de resolução imediata.-----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Vereador José Albano** deu conhecimento das diligências encetadas pelo anterior Executivo com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, Carlos Miguel, e uma das propostas passaria pela autarquia adquirir um terreno e a Administração Central as casas pré-fabricadas, através de uma candidatura a uma TNS - Programa de Trabalho de Natureza Simples. Estas casas ficariam dispostas em forma de bairro e junto da artéria principal da Vila. Neste sentido, foram iniciadas negociações com um munícipe de Celorico da Beira, no sentido de adquirir um terreno, que não provocasse a exclusão social. -----

-----Deu conhecimento da existência de um terreno junto à Associação de Caça e Pesca, que reúne as condições para proceder à execução das infraestruturas necessárias. Caso haja dúvidas, poderão solicitar a presença do anterior Executivo. -----

-----Por fim, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que irão desenvolver medidas no sentido de resolver esta questão, que além de complexa, é premente. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

-----Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em minuta para efeitos de eficácia imediata. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:55h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Sónia Cristina de Almeida Salgado Fernandes, que a secretariei. -----

